

## TERMO DE REFERÊNCIA

### FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CLIPPING

# ANTAQ

(Processo Administrativo n.º 50300.006481/2020-11)

## 1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de *clipping* (monitoramento de notícias) de matérias jornalísticas de interesse da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, sem dedicação exclusiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
  - 1.1.1. Para fins desta licitação, entende-se por *clipping* o monitoramento, captação, seleção, compilação e organização de matérias jornalísticas que façam referência a indexadores previamente definidos, com disponibilização em banco de dados em tempo real, classificação de conteúdo e remessa de avisos e inteiro teor por meio eletrônico.
  - 1.1.2. A contratação compreende a seleção diária de notícias relacionadas direta e/ou indiretamente à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, e a pelo menos mais 100 (cem) indexadores/palavras-chave definidas pela CONTRATANTE, publicadas em jornais, revistas, internet (blogs e sites de notícias), e demais meios de comunicação de interesse da agência. As mídias online devem ser acompanhadas durante todo o dia para que o *clipping* seja atualizado à medida que ocorram citações à ANTAQ e demais assuntos de interesse.
    - 1.1.2.1. A lista de indexadores/palavras-chave poderá ser alterada ou ampliada pela Contratante, quando do surgimento de fatos relevantes para o setor, sempre mantendo relação com área de atuação da ANTAQ.
  - 1.1.3. Disponibilização de *clipping* online, 24 horas por dia, em banco de dados para acesso remoto ao monitoramento eletrônico das notícias de interesse da ANTAQ, publicadas em jornais, revistas, internet (blogs e sites de notícias), relativas às palavras-chave e/ou grupos de palavras-chave previamente definidas, com ferramentas que propiciem pesquisas avançadas, exportação de dados e conteúdo, alertas configuráveis, e geração de relatórios estatísticos.
  - 1.1.4. Envio de Boletins Diários, por meio eletrônico, para endereços a serem previamente informados, com complementação de todas as notícias sobre a ANTAQ, que forem atualizadas ao longo do dia.
  - 1.1.5. Criação e atualização de banco de dados (*mailing*) de jornalistas, segmentados por localização, cargo, tipo de veículo e editoria.
  - 1.1.6. Envio de newsletter, contendo *templates* visuais, e com capacidade para geração de estatísticas e gráficos dos e-mails enviados.
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de natureza continuada.
- 1.3. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de conhecimento imediato e constante das informações veiculadas sobre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e de interesse desta na mídia nacional, regional e internacional. Os serviços de coleta das principais notícias veiculadas em importantes veículos de comunicação (periódicos) têm sido julgados de grande relevância, imprescindíveis aos interesses da Administração como um todo e, em particular, à Diretoria e demais autoridades da ANTAQ. A análise do noticiário, por sua vez, constitui-se em ferramenta importante para a avaliação da imagem da ANTAQ na mídia e fornece subsídios para condução da política de comunicação social do órgão.
- 2.2. Tendo em vista que o atual contrato de Dispensa de Licitação nº 054/2019, firmado com a empresa Knewin Inteligência em Recuperação de Informação S.A., encerrou-se no dia 20 de março de 2020, será realizada uma nova dispensa de licitação, de modo a não haver descontinuidade do.
- 2.3. A contratação deverá considerar os seguintes termos, quanto à forma de prestação do serviço:
  - 2.3.1. Possibilidade de incluir, no mínimo, 10 usuários na plataforma, para recebimento do clipping;
  - 2.3.2. Programação de monitoramentos e disponibilização em tempo real e por meio de alertas das notícias mais importantes para a agência;
  - 2.3.3. Envio de newsletter, contendo as principais notícias relacionadas ao setor e à agência.

## **3. EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
  - 3.1.1. Para fins de atendimento a este Termo de Referência, entender-se-á como *clipping*:
    - 3.1.1.1. Criação, manutenção, e monitoramento de notícias, em equipamento próprio, de página na internet que possibilite a consulta online das matérias publicadas diariamente nos diversos veículos de comunicação, seja de âmbito nacional, regional ou internacional e, também, das notícias publicadas no site da ANTAQ.
    - 3.1.1.2. A montagem de um endereço na internet para acesso online, 24 horas por dia, mediante login e senha, com banco de dados, serviço de pesquisa, monitoramento diário e constante do noticiário nacional, regional e internacional.
    - 3.1.1.3. Cada matéria selecionada deverá apresentar, destacadamente, o nome do jornal, editora, número da página, data, nome do repórter responsável pelo conteúdo. No caso da mídia eletrônica, deve constar em negrito também o horário da sua publicação.
    - 3.1.1.4. O clipping deverá apresentar ênfase aos assuntos relacionados à ANTAQ, bem como, áreas de temáticas de interesse da Agência, tais como: exportações e importações, portos e navios, decisões do governo federal, relativas ao setor de infraestrutura de transportes, eventos na área de atuação da ANTAQ e principais matérias políticas de interesse nacional e outros.
  - 3.1.2. Em caso de problema técnico que impossibilite o acesso ao *clipping*, seja na empresa ou na ANTAQ, a empresa deverá, em prazo definido pelo fiscal, a partir do registro da ocorrência, providenciar o envio por outro meio eletrônico ou gravado em CD ou DVD, o material selecionado para o *clipping* em formato DOC ou RTF.
  - 3.1.3. O material selecionado deverá estar disponível para consulta em página da web mantida em servidor da CONTRATADA, em local de acesso exclusivo para a ANTAQ, 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados.
  - 3.1.4. O conteúdo deverá ser organizado por data e veículo.

- 3.1.5. O serviço deverá oferecer mecanismos de busca por, no mínimo, palavras, datas e veículos.
- 3.1.6. Deverá ser fornecido *link* para acesso direto dos servidores da ANTAQ ao material por meio da intranet (rede interna) da CONTRATANTE.
- 3.1.7. Possibilidade de criação e atualização de banco de dados (mailing) de jornalistas, segmentados por localização, cargo, tipo de veículo e editoria.

## DO RELATÓRIO ANALÍTICO/ ESTATÍSTICO

- 3.1.7.1. A CONTRATADA deverá apresentar obrigatoriamente Relatório Analítico/Estatístico mensalmente sobre as matérias com citação à agência e aos temas de interesse.
  - 4.1.8.1.1.A ANTAQ poderá, a seu critério, solicitar Relatórios Analíticos aleatoriamente, sobre determinado assunto de interesse da agência. O prazo de entrega será definido conforme a necessidade e conveniência.
- 3.1.7.2. O relatório deverá ser composto por gráficos, índices que demonstrem de forma objetiva e direta as inserções da ANTAQ na mídia, avaliando o conteúdo, isto é, se a ANTAQ foi noticiada de forma positiva e/ou negativa e as notícias foram espontâneas ou provocadas. Este relatório é um estudo quantitativo e qualitativo das notícias que envolvem a ANTAQ. Quando solicitado, o relatório deverá constar:
  - 3.1.7.2.1. Resumo das citações, abordagem, natureza e origem nos jornais, revistas e sites de notícias;
  - 3.1.7.2.2. Principais indicadores de performance;
  - 3.1.7.2.3. Sumário Executivo – incluindo citações, abordagem;
  - 3.1.7.2.4. Análise por assunto – análise descritiva de cada assunto veiculado no mês mostrando o impacto para a imagem da ANTAQ.
  - 3.1.7.2.5. Classificação por: Diretoria, Diretores, atuação da agência no setor e no Governo.
  - 3.1.7.2.6. Quantidade de notícias espontâneas e provocadas.
- 3.1.7.3. Para a montagem do relatório analítico/estatística, a CONTRATADA deve levar em consideração as principais notícias veiculadas nos mais diversos veículos de comunicação sobre a ANTAQ, com intuito de identificar os fatos mais relevantes quanto à atuação da ANTAQ seja de caráter positivo e/ou negativo. Além disso, a CONTRATADA deve avaliar o aproveitamento das notícias originadas pela ANTAQ, disponíveis no site da instituição e publicadas por outros veículos de comunicação do país.

## 4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 4.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 4.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 4.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 4.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n.

5/2017.

4.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

4.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

4.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

4.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

4.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

4.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

4.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

4.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

4.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

5.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

5.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

5.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

## 6. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO E PAGAMENTO

6.1. A Unidade responsável pelo recebimento e atesto da Nota Fiscal desta contratação é a Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais.

6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.4. O pagamento deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal.

6.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto contratado.

6.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

6.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, dos documentos pertinentes à contratação, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

## 7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 7.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 7.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 7.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 7.1.5. Cometer fraude fiscal.

7.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 7.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.2.2. **Multa** de:

- 7.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da

Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 7.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 7.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 7.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 7.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 7.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 7.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
  - 7.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 17.1 deste Termo de Referência.
- 7.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 7.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.3, 10.2.4 e 10.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 7.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

7.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**7.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.**

7.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo indicado na Guia de Recolhimento da União – GRU, a contar da data do recebimento da comunicação enviada

pela autoridade competente.

- 7.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 7.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 7.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 7.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **8. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

- 8.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.
- 8.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de preços realizada no mercado, conforme tabela abaixo:

<b>EMPRESA</b>	<b>VALOR MENSAL</b>	<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO POR 12 MESES</b>
ANTAQ – ÚLTIMO CONTRATO (KNEWING SERVICES)	R\$ 1.400,00	R\$ 16.800,00
LINEAR COMUNICACAO LTDA - EPP	R\$ 5.600,00	R\$ 67.200,00
SUPERNOVA SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA. ME	R\$ 3.800,00,00	R\$ 45.600,00
MYCLIPP SERVIÇOS E INFORMAÇÕES LTDA	R\$ 1.400,00	R\$ 16.800,00
INFO 4 Informática com Inteligência	R\$ 5.200,00	R\$62.400,00



- 8.3. Vale ressaltar que foi realizada ampla pesquisa de mercado, tendo em vista que os valores são bastante variados. Além disso, apenas 1 (uma) empresa se habilitou para a realização de dispensa de licitação, conforme é possível observar na tabela acima.

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

CAROLINA BATISTA PAZ

CLÁUDIA ANDREZA RESENDE

## **ANEXO I – TEMAS E PALAVRAS-CHAVE**

A empresa responsável pela execução dos serviços de *clipping* deverá realizar suas pesquisas diárias, utilizando como uma das formas de "busca" de notícias sobre a ANTAQ, a relação de palavras abaixo que fazem parte da rotina de trabalho da Agência. Vale frisar que caso a entidade necessite de uma busca mais específica, pode-se ampliar a relação das palavras-chave abaixo.

### **PALAVRAS-CHAVE**

- Agência Nacional de Transportes Aquaviários
- Antaq / ANTAQ
- Porto / Portos
- Navegação marítima / Navegação interior / Navegação fluvial
- Contêiner / Container / Contêineres / Containers
- Carga e descarga
- Frete Marítimo / Frete Fluvial
- Granéis Sólidos / Granéis Líquidos
- Carga Geral
- Afretamento
- Diretor-geral da ANTAQ / Diretor da ANTAQ
- Diretoria Colegiada da ANTAQ
- Mário Povia
- Adalberto Tokarski
- Francisval Dias Mendes
- Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade.
- Superintendência de Regulação.
- Superintendência de Outorgas
- Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais
- Terminal / Terminais
- Terminais de passageiros / Terminais de turismo
- Docas / Companhias Docas
- Agência Reguladora / Agências Reguladoras
- Marítimo / Marítima
- Portuário / Portuários
- Portuária / Portuárias
- Porto Marítimo
- Porto Fluvial
- Cabotagem
- Navio / Navios
- Longo curso
- Aquaviário / Aquaviária / Aquaviários
- Hidrovia / Hidrovias

- Hidroviário / Hidroviários / Hidroviária / Hidroviárias
- TUP / TUPs / Terminais de Uso Privativo
- THC / Terminal Handling Charge
- TPB / Tonelada por Peso Bruto
- CAP / Conselho de Autoridade Portuária
- EBN / Empresa Brasileira de Navegação
- EBNI / Empresa Brasileira de Navegação Interior
- Desempenho Portuário
- Sistema de Desempenho Portuário
- Fiscalização da ANTAQ
- ISPS Code / International Ship and Port Facility Security Code / Código Internacional para proteção de Navios e Instalações Portuárias
- OGMO / Órgão Gestor de Mão de Obra
- DPC / Departamento de Portos e Costas
- Embarcação / Embarcações
- Normas Portuárias
- Normas marítimas
- Marinha do Brasil
- Fundo da Marinha Mercante
- Programa Nacional de Dragagem
- Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil / Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
- Ministério da Infraestrutura / Ministro da Infraestrutura / Tarcísio Gomes de Freitas
- Secretaria Nacional de Portos / Diogo Piloni
- Movimentação Portuária
- Administração Portuária
- Administrador do Porto / Autoridade(s) Portuária(s)
- Transporte fluvial / Transporte hidroviário / Transporte Marítimo / Transporte longitudinal
- Estivador
- Uso Múltiplo das Águas
- Plano Geral de Outorgas / PGO
- Derrocamento
- Canal Marítimo
- Eclusa(s)
- Modal aquaviário
- Infraestrutura de transporte aquaviário
- Multimodalidade
- ETC / Estação de Transbordo de Cargas
- IP4 / Instalação Portuária de Pequeno Porte
- Tarifas(s)
- Multa(s)

- Offshore
- Travessia
- Transporte de Passageiros
- Apoio Portuário / Apoio Marítimo
- Intermodalidade
- Gestão Portuária
- Gestão Ambiental Portuária
- Regulação
- Fiscalização Portuária
- PNLP / Plano Nacional de Logística Portuária
- PNLT / Plano Nacional de Logística de Transporte
- PNIH / Plano Nacional de Integração Hidroviária
- Logística
- Indústria Naval
- Pré-Sal
- AFRMM / Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
- Arrendamentos
- ABTP
- ATP
- Posidonia
- Decreto dos Portos
- Rodrimar
- THC2

## **ANEXO II – RELAÇÃO OBRIGATÓRIA DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO**

### **JORNAIS**

O GLOBO

FOLHA DE SÃO PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO

CORREIO BRAZILIENSE

VALOR ECONÔMICO

BRASIL ECONÔMICO

DIÁRIO DO NORDESTE (CE - Fortaleza)

DIÁRIO DO PARÁ (PA)

A TARDE (BA - Salvador)

TRIBUNA DE ALAGOAS (AL - Maceió)

GAZETA DE SERGIPE (SE - Aracaju)

A CRÍTICA (AM - Manaus)

A GAZETA (AC - Rio Branco)

PÁGINA 20 (AP - Macapá)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA (RO - Porto Velho)

O POPULAR (GO - Goiânia)

DIÁRIO DE CUIABÁ (MT - Cuiabá)

CORREIO DO ESTADO (MS - Campo Grande)

DIÁRIO CATARINENSE (SC - Florianópolis)

ZERO HORA (RS - Porto Alegre)

O POVO (PR - Curitiba)

FOLHA DE LONDRINA (PR - Londrina)

TRIBUNA DE SANTOS (SP - Santos)

JORNAL DO COMMÉRCIO (SP e RJ)

A GAZETA (ES - Vitória)

TRIBUNA DO NORTE (RN - Natal)

JORNAL DO TOCANTINS (TO - Palmas)

ESTADO DE MINAS (MG - Belo Horizonte)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO (PE - Recife)

O IMPARCIAL (MA - São Luís)

O ESTADO DO MARANHÃO (MA - São Luís)

O NORTE (PB - João Pessoa)

MONITOR MERCANTIL (RJ - Rio de Janeiro)

O LIBERAL (PA - Belém)

JORNAL PEQUENO (MA - São Luís)

JORNAL DO COMÉRCIO (RS - Porto Alegre)

O DIA (RJ - Rio de Janeiro)

A CRÍTICA (AM - Manaus)

FOLHA DE PERNAMBUCO (PE - Recife)

## **REVISTAS**

ISTO É (SP)

ISTO É DINHEIRO (SP)

ÉPOCA (SP)

CARTA CAPITAL (SP)

EXAME (SP)

VEJA (NACIONAL)

PORTOS E NAVIOS

CONEXÃO MARÍTIMA

INTERMARKET

TECNOLOGÍSTICA

### **SITES**

DIÁRIO DO PODER

PODER 360

VEJA ONLINE

BLOOMBERG

TODO DIA (PI)

Revista PORTOS E NAVIOS

Revista CONEXÃO MARÍTIMA

R7

NOTÍCIAS AO MINUTO (RJ)

NETMARINHA

PORTOGENTE (RJ)

CNT

CNI

INFORMATIVO DOS PORTOS

Revista INTERMARKET

JORNAL DO BRASIL (JB)

Usuários de Portos do Rio de Janeiro

USUPPORT

Agência iNFRA

Agência Folha

Agência Globo

Agência Estado

Agência Valor PRO

Agência CNT (Confederação Nacional de Transporte)

Ceará Portos (site/CE)

Portal Economia (site/SC)

Agência Câmara

Agência Senado

Agência Brasil (site do governo)

Agência Reuters

## **BLOGS**

Blog Cristiana Lobo / Globo News / Brasília - Política

Blog da Christina Lemos / Record News / Brasília – Política

Blog do Noblat / Brasília – Política

Blog do Josias / UOL – Política

Blog do Luís Nassif Online / São Paulo – Política

Blog do Fernando Rodrigues / UOL – Política

Blog do Reinaldo Azevedo / Veja – Política

Blog Radar Online - Lauro Jardim / O Globo – Política



Blog Relatório Reservado

Radar (Veja)

Felipe Patury

## **COLUNAS**

- O Globo

- Panorama Político
- Panorama Econômico
- Miriam Leitão

- Folha de São Paulo

- Painel
- Mercado Aberto
- Renata Ió Prete

- O Estado de São Paulo

- Dora Kramer

Direto da Fonte